A propósito de uma inscrição latina em Santiago da Guarda: (Ansião)

Autor(es): Monteiro, António J. Nunes; D'Encarnação, José

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45492>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_32_33_18

Accessed : 26-Apr-2023 11:57:10

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

CONIMBRIGA

VOLUMES XXXII-XXXIII-1993/94

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

ANTÓNIO J. NUNES MONTEIRO
Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

A PROPÓSITO DE UMA INSCRIÇÃO LATINA
EM SANTIAGO DA GUARDA (ANSIÃO)
«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 303-311

RESUMO: Reexamina-se uma inscrição romana já conhecida, datável dos primórdios do século III da nossa era. A nova interpretação que dela se apresenta vai no sentido de o prédio a que se refere pagar tributo (*vectigale*) ao município vizinho. Constitui, pois, uma prova invulgar de que por ali passava o limite entre os territórios de duas *civitates*, neste caso, *Sellium* e *Conimbriga*.

RÉSUMÉ: On donne une nouvelle lecture d'une inscription romaine déjà connue, ce qui nous permet de comprendre que le *praedium* auquel elle se réfère payait son tribut (*vectigale*) au municipe voisin. Cela nous fournit un bon argument pour dire qu'était par là, au début du III^e siècle de notre ère, la limite entre les territoires de deux *civitates*: *Sellium* et *Conimbriga*.

(Página deixada propositadamente em branco)

A PROPOSITO DE UMA INSCRIÇÃO LATINA EM SANTIAGO DA GUARDA (ANSIÃO) *

Escreveu Mário Saa (1894-1971), entre 1956 e 1967, uma obra em seis volumes (1) a que deu o sugestivo nome de *As Grandes Vias da Lusitânia (O Itinerário de Antonino Pio)*. Nela pretendia traçar uma panorâmica do que teria sido a ocupação romana do território nacional integrado na província da Lusitânia. Para a redigir, percorreu Mário Saa todo o país, por diversas vezes até, tudo anotando de quanto se lhe afigurava digno de registo para os seus intentos. *As Grandes Vias da Lusitânia* constituem, pois, nesse aspecto, importante manancial a meticolosamente explorar.

Desde cedo, porém, o poeta das Caldas da Rainha fora contestado. *A Invasão dos Judeus*, livro que publicou em 1925, causou-lhe dissabores pelas arbitrariedades que nele patenteou. “As suas interpretações astrológicas deram margem a vivas oposições”, como sublinha Domingos Maurício (2), acrescentando: “A sua preocupação de originalidade e agilidade mental raíam na audácia, nem sempre convincente”. E é curioso verificar que este autor cita, entre as principais obras de Mário Saa, *A Estrada Romana de Leiria a Braga* (Lisboa, 1945), mas omite *As Grandes Vias da Lusitânia*.

Quando, em 1973, Jorge de Alarcão prepara a sua primeira versão do *Portugal Romano* (publicada, em Fevereiro de 1974, pela Editorial

* Texto da comunicação apresentada, em Leiria, a 29 de Novembro de 1991, no âmbito do II Colóquio sobre História de Leiria e Sua Região, organizado pelo Município local.

(O Lisboa, I 1956, II 1959, III 1960, IV 1963, V 1964, VI 1967.

(2) Na breve síntese biográfica que sobre ele redigiu para a Enciclopédia Verbo (vol. XVI, pp. 994-995).

Verbo), não se esquece de assinalar a seguir à referência bibliográfica de Mário Saa: “a ler com muita cautela” (p. 214). E o argumento fundamental radicava nas fantasiosas interpretações que Mário Saa dera aos vestígios encontrados, na ânsia de, a todo o custo (diríamos), identificar no terreno os sítios mencionados no famoso Itinerário de Antonino ⁽³⁾.

Hoje, porém, cumpre reabilitar - se assim podemos dizer - o grande caminhante que foi Mário Saa. E não deixa de ser curioso verificar que, sendo natural do distrito de Leiria, tenham sido duas inscrições romanas desse mesmo distrito que contribuíram - ou vão ajudar a contribuir - para essa reabilitação. E podemos dizer que a “descoberta” feita por um de nós (J. d'E.), em Junho de 1986, do espólio arqueológico deixado por Mário Saa na sua casa do Ervedal (concelho de Avis), hoje casa-museu e sede da Junta de Freguesia local, em muito contribuiu para isso, pois aí se guardavam algumas das peças a que o poeta se referia e que, sem uma análise cuidada, facilmente se poderiam acoimar de falsas. Esse risco correu, por exemplo, um inusitado epitáfio de Abiul (Pombal) que, afinal de contas, tão significativa informação veio proporcionar⁴). O outro caso prende-se com o singelo monumento objecto desta comunicação - e é com todo o gosto que, num colóquio sobre a história de Leiria e da sua região, se nos proporciona o ensejo de evocar a memória de um dos seus patrícios que, apesar de todas as limitações (algumas delas próprias da sua época), importantes achegas deu para a investigação sobre a História Antiga em Portugal. Eram fantasiosas as interpretações; mas os dados concretos, do terreno, em que elas se pretendiam alicerçar existiam realmente. E o caso da ‘pedra’ de Santiago da Guarda.

Anotou Mário Saa (vol. II, pp. 194-196) a existência de uma “pedra-mármore”, numa das paredes da torre do castelo de Santiago da Guarda, “a pouco mais de um metro do solo”, com uma inscrição romana:

VEIPMVICNI

que interpretou como referente a um “culto indígena”.

⁽³⁾ Um cotejo dos dados actualmente conhecidos com as informações contidas neste itinerário (supostamente atribuído ao tempo do imperador Caracala, nos primórdios do século III da nossa era) é apresentado por Jorge Alarcão em *O Domínio Romano em Portugal* (Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, pp. 219-226).

⁽⁴⁾ Foi publicado no vol. II, 1959, p. 192 e reestudado por Maria Fernando Morena Lapa: *Descendentes de legionários romanos viveram em Pombal*, «Diário de Coimbra» 26-11-1987, p. 2.

Mais uma vez a informação era precisa, a interpretação pouco correcta.

O estranho letreiro, dado o seu aspecto fora do habitual, não foi, por isso, tido em consideração ⁽⁵⁾.

No âmbito da sistemática batida de campo a que, desde 1985, um de nos (A. J. N. M.) tem procedido na área do Baixo Mondego com vista à elaboração da sua dissertação de doutoramento, foi de novo abordada a informação de Mário Saa. O nosso prezado amigo José Eduardo Reis Coutinho, quando preparava o seu estudo sobre a zona, que viria a publicar sob o título *Ansião - Perspectiva Global de Arqueologia, História e Arte da Vila e do Concelho* (Coimbra, 1986), tentou debalde uma solução para o letreiro e limitou-se, por isso, a repetir os dados de Mário Saa, corrigindo, porém, a versão para VEIRMVICNI (p. 179). Em conversa posterior, informou-nos que a leitura saíra gralhada, pois a terceira letra era um R e não um I. Parecera-lhe, acrescentou, possível identificar no final a palavra VICINI, mas deixara a hipótese de parte porque se lhe afigurava forçado um nexu CI, com o I no fim da curvatura superior do C ⁽⁶⁾.

Tal não foi, no entanto, a opinião de Fernando Patrício Curado que, por alturas das férias da Páscoa de 1991, nos perguntava se não haveria na zona qualquer estação arqueológica cujo nome latino terminasse em -VERPA, pois parecia-lhe ler VERPAM VICINI, com nexos entre as letras V e E, A e M, C e I, embora lhe fosse difícil explicitar o possível acusativo (*Verpam*). Para a região - e hipoteticamente apenas - poderíamos adiantar o *Vicus Bedorum* ⁽⁷⁾ ou a *Verurium* ou a *Velladis* referidas em Ptolemeu (2, 5, 6) ⁽⁸⁾.

Pelo sim e pelo não, fizeram-se novas fotografias do monumento. Uma análise cuidada permitiu pôr em causa a eventual não-atribuição à

⁽⁵⁾ José d'Encarnação não o incluiu nas suas *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal* (Lisboa, 1975); J. de Alarcão não o menciona entre os vestígios da ocupação romana do local: vide *Roman Portugal*, vol. II - 2, Warminster, 1988, p. 101, 3/189.

⁽⁶⁾ Cumpre-nos salientar o carácter pioneiro deste trabalho, porque veicula, pela primeira vez, a notícia da existência de um mosaico policromo no pátio do solar quinhentista a que a torre pertence, assim como do eventual achamento aí de moedas romanas - dados que não lhe foi possível confirmar - e do aparecimento de *tegulce*.

⁽⁷⁾ Referido numa epígrafe que desapareceu: cf. *Fouilles de Conimbriga - II*, Paris, 1976, inscrição n.º 15 (pp. 35-36).

⁽⁸⁾ Sobre estes topónimos, cf. A. TOVAR, *Iberische Landeskunde*, 2 (Lusitanien), Baden-Baden, 1976, p. 259.

época romana, hipótese que estivera subjacente ao relativo abandono como fonte. Tudo levava a crer estarmos perante um monumento autêntico, dadas as suas características paleográficas.

Uma deslocação conjunta ao local, a 12 de Junho passado, viria confirmá-lo inteiramente. Trata-se de um bloco eventualmente paralelepipedico, com 24,5 x 56 cm, talhado no calcário da região, branco e de textura cristalina, de superfície levemente alterada pela erosão atmosférica. Não apresenta qualquer moldura nem a face epigrafada foi submetida a prévio alisamento.

Não há vestígios de mais letras, de modo que se nos afigura que, originalmente, o monumento não deveria ser diferente do que hoje subsiste; inclinamo-nos, por isso, a pensar que tenha pertencido a uma construção de reduzido valor arquitectónico cuja função permanece obscura.

Os caracteres são, de facto, atribuíveis à época romana, porque, como já se disse, se inscrevem dentro das normas paleográficas de então: gravação em bisel bem clara e na profundidade habitual; nexos VE (E adossado à segunda haste do V) e CI (I assente no vértice superior do C) documentados ⁽⁹⁾; linha auxiliar inferior justificável pela necessidade de alinhar apenas as letras numa linha. Ausência total de pontuação. Se tivera existido o nexo AM, a barra do A não teria ficado omissa para evitar confusões. A leitura não nos oferece, pois, quaisquer dúvidas:

VERPMVICINI

Altura das letras: 7/8,6 cm (I = 3,5).

A pedra lascou ao nível do R, de que, no entanto, só falta a parte média da perna direita; P aberto; M largo mas simétrico; o segundo V com tendência para um traçado actuário, sensível, por exemplo, no vértice arredondado e na leve curvatura da terminação superior. No seu todo, ligeira inclinação para a direita, não obstante a regularidade dos caracteres e o quase absoluto paralelismo das hastes verticais.

Temos dificuldade em atribuir - exclusivamente com base na (tão falível!) paleografia - uma datação à epígrafe. E se o P aberto nos inci-

(9) Cf. P. BATTLE HUGUET, *Epigrafia Latina*, Barcelona, 1946, pp. 18 e 20 respectivamente.

taria a colocar esta escrita dentro do século I da nossa era, também seria de esperar que, nessa época, mesmo uma informação vicinal poderia ter querido imitar a grafia monumental urbana. Uma cronologia dos primórdios do século III parece, pois, adequar-se melhor ao conjunto.

Resta, pois, a interpretação.

VE é, sem dúvida, a abreviatura do adjectivo latino neutro *vectigale* ⁽¹⁰⁾, “sujeito a imposto”. R. R constitui a habitual sigla de *R(es) P(ublica)*. M. tem diversas acepções, mas junto às duas letras anteriores pode interpretar-se como significando *M(unicipium)* ⁽ⁿ⁾. O texto desdobrado é, portanto, o seguinte:

VE (*erigale*) R (*ei*) R(*ublicae*) M (*unicipii*) VICINI

Ou seja:

Tributário da República do Município vizinho.

Dizeres tão singelos assumem, por consequência, um valor insuspeitado como importantíssimo documento para a história da ocupação romana do local, designadamente do ponto de vista político-administrativo.

A epígrafe atesta, em primeiro lugar, a preocupação das entidades locais em definirem bem quais os prédios seus tributários. E bem sabido que os tributos constituíam imprescindível fonte de receita das colónias e dos municípios; por isso, a legislação era, a esse respeito, bem precisa. Pode citar-se, por exemplo, a conhecida passagem de Gaio Júlio Higino (*Corpus Agrimensorum*, Thulin, 1913, p. 29): “vectigales [...] agri sunt obligati, quidam r(ei) p(ublicae) p(opuli) R(omani), quidam coloniarum aut municipiorum aut civitatum aliquarum” - “os campos têm obrigatoriamente de pagar tributo ou à república do Povo Romano, ou das colónias ou dos municípios ou de algumas cidades”. Verifique-se a circunstância de o tributo ser devido à *res publica*, podendo esta ser “do povo Romano”, “das colónias”, “dos municípios” ou “de algumas cidades”. No *Digesto*, Paulo chama *vectigale praedium*

⁽¹⁰⁾ As abreviaturas mais correntes deste vocábulo são VEC(T) ou VECTIG; cfr. J. E. SANDYS, *Latin Epigraphy*, Cambridge,²1927 (reimp. 1969), p. 310.

⁽ⁿ⁾ Como sucede na expressão R. P. M. D. = R(<?s) P (*ublica*) M (*unicipii*) *D(ianensiumy*. cf. o cit. na nota anterior, p. 308.

ao prédio tributável (13.7.16.2). Tanto a Lei de Urso como a *Malaccitana Lex* apontam como uma das mais importantes funções dos duúviro a administração do património municipal, referindo-se expressamente aos *vectigalia* ⁽²⁾. E o termo surge igualmente na primeira das chamadas tábuas de bronze de Aljustrel que regulamentam a actividade mineira ⁽¹³⁾.

Como resultado das atrás referidas batidas de campo, começaram a esboçar-se pouco a pouco as linhas de força da implantação do domínio romano a sul de Conimbriga. A distribuição dos vestígios arqueológicos bem como a própria análise da paisagem - desde as características topográficas à pedologia, passando pela cobertura vegetal - levaram-nos a apontar como fronteira entre os territórios de *Sellium* e *Conimbriga* uma linha que passaria pelos cumes das colinas que se orientam de este para oeste, a sul da Junqueira. A leitura *vicini* na inscrição de Santiago da Guarda veio possibilitar-nos afirmar com maior certeza o que antes se apresentava como mera hipótese. Na verdade, onde há vizinhos há limites territoriais.

A epígrafe veio, porém, confirmar outras observações.

Pela cronologia dos materiais conhecidos, parece-nos ter sido toda essa bacia do Rio dos Mouros palco de dois movimentos de romanização em épocas diferentes. O primeiro, partindo de Conimbriga, teria levado ao aparecimento de vestígios do século I d.C. por exemplo no Cabeço de Trás de Figueiró. Com esta organização da paisagem se relacionará o cadastro de centurição A, que Vasco Mantas assinalou nas proximidades de Alcamouque e que aponta, ainda que provisoriamente, como augustano ⁽¹⁴⁾. Santiago da Guarda integrar-se-ia, provavelmente, neste território.

Um segundo momento do desenvolvimento da zona em estudo ter-se-ia dado no século III. Confirmam-no o achamento do miliário de Décio ⁽¹⁵⁾, datado de 250, e a cronologia dos materiais encontrados nas

⁽¹²⁾ Cf. A. CTORS, *Epigrafia Jurídica de la España Romana*, Madrid, 1953, por exemplo, pp. 144, 185 e 328. Sobre os *vectigalia*, cf. DAREMBERG/SAGLIO, *Dictionnaire des Antiquités...*, s. v. "ager vectigalis" e "vectigal" (este, um pormenorizado artigo de R. Cagnat).

⁽¹³⁾ Cf. J. d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 207.

⁽¹⁴⁾ Vasco Gil MANTAS, *Dois novos miliários do território de Conimbriga, "Biblos"*, 61, 1985, pp. 175-177.

⁽¹⁵⁾ Cf. art. cit. na nota anterior, sobretudo pp. 162-167.

villae dos Maroiços (Rabaçal) ⁽¹⁶⁾ e das Dordias (Pombalinho), ainda em fase de escavação. Seria um desenvolvimento independente da segunda centurição identificada por Vasco Mantas e por ele atribuída à Tetrarquia (*art. c.*, p. 177).

Se atentarmos, agora, na cronologia avançada que se nos afigura possível de atribuir à presente inscrição e se recordarmos a razão pela qual ela terá sido gravada, julgamos poder afirmar que, no primeiro movimento, a zona de Santiago da Guarda foi incorporada no território de Conimbriga. Numa segunda reestruturação, a área hoje designada Santiago da Guarda seria integrada possivelmente no município de *Sellium*, mas manter-se-ia, na prática e tributariamente, no de Conimbriga.

Relevante conclusão, portanto, mormente se tivermos em conta a aparente humildade do letreiro. Mas, neste domínio da História, não há, na verdade, letreiros humildes: todos eles são, de uma forma ou doutra, assaz eloquentes.

E assim se confirma também o interesse de que certamente poderão vir a revestir-se escavações no pátio do solar bem como na povoação do Carvalhal, a norte ⁽¹⁷⁾, para arqueologicamente se confirmar o que estes dados permitem desde já supor.

⁽¹⁶⁾ Vide PESSOA (Miguel) e PEREIRA (Isabel), *Villa Romana do Rabaçal - As Moedas*, Câmara Municipal de Penela, 1991.

⁽¹⁷⁾ Cf. a obra de J. de ALARCÃO referida na nota 5: p. 101, 3/188.

FOTO 1 - Localização da epígrafe

Foto 2 – O bloco epigrafado

A inscrição